

HISTÓRIAS DA LUNDA NOS ARQUIVOS COLONIAIS PORTUGUESES EM TEMPOS DE HISTÓRIA DIGITAL

HISTORY OF LUNDA IN PORTUGUESE COLONIAL ARCHIVES IN TIMES OF DIGITAL HISTORY

Elaine Ribeiro da Silva dos Santos*
elaine.ribeiro@unifal-mg.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar possibilidades de estudos de histórias da Lunda a partir de arquivos coloniais portugueses e com o uso de ferramentas digitais. Para tanto, desenvolvemos uma discussão teórica a respeito dos arquivos coloniais. A partir do exemplo do espólio documental da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*, na Lunda (África Central), realizada entre os anos de 1884 e 1888 e chefiada pelo major português Henrique Augusto Dias de Carvalho, apresentamos estratégias metodológicas de pesquisa de acervos documentais extensos com o auxílio de programas computacionais. Em tempos de História Digital, com o frequente aumento de estudos especializados, impõe-nos prestarmos atenção a uma série de questões que envolvem a pesquisa histórica: desde o trabalho com acervos digitalizados, ou o processo de dataficação das fontes históricas, até a invisibilidade de métodos empregados no fazer historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Lunda; Arquivos coloniais portugueses; História digital.

ABSTRACT: This paper aims to discuss possibilities for studying African histories based on Portuguese colonial archives and using digital tools. To develop the discussion, we present some reflections on the colonial archive. We use as an example the sources of the *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* to think about methodological strategies for researching extensive documentary collections with the help of computer programs. In times of Digital History, with the frequent increase in specialized studies, we must pay attention to a series of issues involving historical research: from working with digitized collections, or the process of datafication of historical sources, to the invisibility of methods used in historiography work.

KEYWORDS: Lunda; Portuguese colonial archives; Digital history.

Introdução

A Lunda é um espaço histórico localizado na África Central. Nela viveram diferentes coletividades que se identificaram com tradições orais de origem e com um centro de poder relacionado à figura do Mwat Yanv (ou muatiânvua, na forma aportuguesada).

O historiador congolês Elikia M'Bokolo (2009, p. 550) considerou a Lunda como parte de “um lugar de convergências” nas savanas centrais e resultado de processos históricos que a renovaram e a mantiveram.

* Doutora e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Essas convergências estão ligadas aos fluxos demográficos, comerciais e culturais que foram capazes de fazer surgir ao longo do tempo formas variadas de organização coletiva ligadas às suas próprias noções de história, que incluem: “estruturas sociais, sistemas de crenças, e mitos de origem, que frequentemente se cruzam”.

Mesmo com a colonização europeia e a constituição de estados nacionais independentes durante o século XX, as populações, que vivem atualmente na região que constitui a tríplice fronteira entre Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia, ainda concebem, como parte de sua história, sua relação com a Lunda. São chamadas por alguns historiadores de populações lundaizadas (Henriques, 1997).

Uma dessas relações se refere à memória de tradições orais fundantes da lundanidade, no dizer de Ana Paula Tavares (2009, p. 228). Há um processo de reconfiguração dessas tradições orais no presente, que “são contadas a partir de um horizonte mítico, entremeado de influências da história, da reconstrução de um imaginário retrospectivo que passa pela procura da ‘tradição gloriosa’”. As influências da história, por sua vez, podem vir das experiências vividas pelos mais velhos, mas também pela imposição da presença colonial e de seus documentos escritos guardados nos arquivos históricos. Este é o caso da “mais famosa história de amor”, no dizer de Tavares, recolhida entre as populações lundaizadas no século XIX por viajantes europeus e recontada até o presente: a história de Lueji e do caçador Ilunga que tem várias versões e é reivindicada por coletividades da vasta região da África Central como parte de suas origens.

De acordo com a historiografia, a primeira transcrição da tradição oral de Lueji foi feita pelo viajante Paul Poge, que esteve em 1875 na mussumba (capital) da Lunda, a serviço da *Sociedade alemã para a investigação da África Equatorial (Deutsche Gesellschaft Zur Erforschung Aequatorial-Africas)*. Na publicação da tradição oral, o viajante alemão escreveu que a história de Lueji foi retirada dos relatos do velho Lourenço Bezerra, o Lufuma. Nascido na região, Lufuma, que trabalhou como intérprete de Pogge, contou-lhe que ouviu a história do “falecido Muatiânvua Muteb a Chicomb, com quem tinha uma relação de amizade, e gostava muito de aproveitar qualquer oportunidade para lhe contar as origens do seu reino” (Pogge, 1880 *apud* Heintze, 2010, p. 328).

Desde então, muitos outros europeus produziram versões escritas dessa história.

Em seu trabalho, Ana Paula Tavares (2009, p. 233-236) analisa as relações entre a tradição oral de Lueji publicada pelo viajante português Henrique de Carvalho, em 1890, e a versão contada 110 anos depois, em 2003, por Jaime Efinde Finde em uma entrevista. Profissional da memória, como o chama Tavares, Jaime Efinde Finde contou a história de Lueji conforme a narrativa Cokwe (uma das populações lundaizadas) e a partir de um documento escrito intitulado “Breve Historial do Povo Tchokwe, segundo Muanangana regedor Muambumba da Comuna do Alto Chikapa”, recolhida pelo próprio entrevistado, sem data. A versão narrada por Finde se relaciona, além do documento escrito supracitado, com a transcrição de Carvalho, de 1890.

Assim, as diferentes versões da narrativa de fundação da Lunda – a história de Lueji - “articulam-se na dimensão dos vários passados” e estão presentes nos processos da cosmopercepção da oralidade e nos documentos escritos em diferentes línguas europeias. Em resumo, as dimensões das histórias africanas que

se encontram nos arquivos coloniais portugueses se inserem nas articulações entre o oral e o escrito, um influenciando o outro.

Por esses motivos, analisar o arquivo colonial é uma tarefa que exige uma leitura atenta e criteriosa de inúmeras fontes, em que se pese os seus discursos discriminatórios em relação às populações colonizadas, mas também as articulações possíveis entre os conhecimentos advindos das cosmopercepções da oralidade e da escrita.

É objetivo do presente artigo apresentar possibilidades de estudo de extensos acervos arquivísticos que disponibilizam informações históricas sobre as populações da Lunda com o desenvolvimento de metodologias que envolvam processos e recursos computacionais como base e mineração de dados. Ler, anotar, descrever, organizar e disponibilizar conhecimento histórico numa época marcada pelo digital são atividades que podem ser desenvolvidas com o auxílio de ferramentas digitais, não obstante fundamentadas em discussões teórico-metodológicas próprias do saber historiográfico.

Ao longo do texto, procuraremos apresentar essas discussões, bem como oferecer alguns exemplos de softwares que cumprem funções que são necessárias para o desenvolvimento de pesquisas históricas, mas que também estão de acordo com o movimento contemporâneo de Ciência Aberta e a partir dos princípios FAIR (*Findable* (achável), *Accessible* (acessível), *Interoperable* (interoperável) e *Reusable* (reutilizável)).

O arquivo colonial – dos interesses legítimos e dos usos (in)adequados

Pensando o arquivo colonial com Ann Laura Stoler (2018, p. 207), consideramos os arquivos coloniais portugueses com os quais trabalhamos com o compromisso de tratá-los não como um “conjunto de coisas guardadas”, mas como uma “tecnologia complexa de governança” dos povos colonizados, capazes de criarem “fatos e taxonomias” e “conhecimento controverso”.

Com essa perspectiva, encaramos, por exemplo, as nomenclaturas utilizadas para nomear as populações lundaizadas que costumam aparecer nas fontes produzidas por agentes portugueses como: quioco ou cokwe; luena; imbangala; xinje ou shinje, entre outros. Etnônimos que também costumam figurar como uma ferramenta colonizadora que designa o lugar das populações na sociedade colonial. Por isso, para críticos do conceito de etnia, como Jean-Loup Amselle (2017, p. 29), a definição do nome étnico da população estudada deve “constituir a interrogação epistemológica fundamental de qualquer estudo monográfico e que de certa forma todos os outros aspectos deveriam ser decorrentes”.

O problema, portanto, a ser evitado é o da imprecisão do objeto de estudo, o que pode gerar a negação da história das populações estudadas, já que a intenção colonizadora era “distinguir rebaixando”: “encontrar o chefe e definir entidades específicas”¹ para administrar populações nas regiões colonizadas (Amselle, 2017, p. 38).

¹ Consideraremos logo mais a questão da “definição de identidades específicas” também no processo de utilização de ferramentas digitais no processo de pesquisa. É imprescindível o cuidado com esta questão, visto não recairmos ou evitarmos (n)um processo semelhante de colonização de conhecimento.

Essa preocupação com o arquivo colonial, em contrapartida, não significa a inviabilidade do uso das fontes produzidas e guardadas por ele. Há formas de abordagem das fontes que possibilitam enxergar, reconhecer e ultrapassar a “complexa tecnologia de governança” (Stoler, 2018). Entre elas, o procedimento analítico de desmontagem dos discursos coloniais, que, por serem ambivalentes, são capazes de expressar diferentes níveis de informações: desejos de posse e de propriedade e, ao mesmo tempo, reconhecimento do valor daquilo que é desejado. Também é possível, por conta dessa ambivalência, examinar diferentes respostas dos colonizados à ação colonial.

A ferramenta analítica que pode ser empregada é a de “interstícios” (Ribeiro, 2013; Santos, 2016). Inspirado na proposta de “leitura do intervalo”, de João Alexandre Barbosa (1990), e na ideia de “escovar a história a contrapelo”, de Walter Benjamin (1985), o interstício pode revelar agenciamentos capazes de propor uma reflexão que ultrapassa dualismos, como oralidade e escrita.

Como apresentado anteriormente, sobre a tradição oral de Lueji, muitos documentos foram produzidos nas articulações entre o oral e o escrito. Nos documentos do arquivo da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*, realizada entre 1884 e 1888, há inúmeros interstícios que evidenciam vozes africanas, ora por indícios, ora por testemunhos escritos diretos, como as cartas ou mukandas enviadas pelos trabalhadores africanos da expedição ao chefe português Henrique de Carvalho (Santos, 2016, p. 95-141, 292-293).

As expedições europeias do final do século XIX, entre elas, as que viajaram pelas regiões lundaizadas, foram férteis em produzir discursos intersticiais. Em questões de alimentação e de saúde, viajantes alemães como Paul Pogge e Max Buchners escreveram, respectivamente:

Quando à tarde montávamos o acampamento na mata, os carregadores chegavam a fazer grandes excursões pelas imediações para encontrar uma aldeia habitada ou uma colônia abandonada com alguma plantação de mandioca. Por vezes, quando conseguia encontrar alguns tubérculos de mandioca numa remota aldeia abandonada, a minha gente dava provas do seu caráter generoso ao cuidar, com uma dedicação comovente, do seu patrão em primeiro lugar, aguardando calma e pacientemente a sua vez de matar a fome. (Pogge, 1880, p. 75 *apud* Heintze, 2004, p. 40.)

A prática das rezas ao fim da tarde, inicialmente dirigidas contra o feitiço mau, virava-se agora contra mim. Logo que escurecia e todos jaziam agrupados em redor da fogueira, ouviam-se discursos rebeldes no mato silencioso até cerca de meia-noite, que, a ajuizar pelo tom arrebatado, não eram nada maus e os oradores eram recompensados com grandes aplausos. No meio deste inferno estava eu próprio, solitário e abandonado, sacudido pela febre e cheio de desespero. Agora sinto vontade de rir, quando penso nesses tempos em que muitas vezes cheguei a amaldiçoar a África inteira e toda a exploração de África e em que considerei perdida toda a expedição. Naquela altura eu ainda não sabia que o clamor e os gritos dos meus 120 negros eram muito menos perigosos do que pareciam e, na confusão do momento, não me apercebi de que no fundo tinham razão... (Buchners, 1999, p. 244 *apud* Heintze, 2004, p. 43.).

Note-se que junto com as afirmações: “encontrar uma aldeia habitada”, “colônia e aldeia abandonadas”, “aldeia remota”, “dedicação comovente”, “seu patrão em primeiro lugar”, “aguardando calma e pacientemente a sua vez”, “feitiço mau”, “discursos rebeldes”, “inferno”, “eu próprio solitário e abandonado”, “amaldiçoar a África inteira”, “meus 120 negros”, “muito menos perigosos”, “na confusão do momento”, estão outras como: “carregadores chegavam a fazer grandes excursões pelas imediações”, “alguma plantação de mandioca”, “provas de caráter generoso”, “tom arrebatado”, “não eram nada maus”, “os oradores eram recompensados com grandes aplausos” e “no fundo tinham razão”. Logo, são discursos intersticiais que apresentam preconceitos e arrogância colonizadora, ao mesmo tempo que admitem a dependência que tinham da gente lunda.

Em outras palavras, há um espaço ou interstício entre o que se pretende dizer e o que realmente é dito: para sua alimentação, estes viajantes precisavam de cozinheiros que soubessem preparar os alimentos da região, como a mandioca², cultivada por populações que se pretendia que não existissem ou que não se considerava como companhia, assim como os trabalhadores africanos ao serviço da expedição alemã, já que o sentimento era de solidão e abandono; para a cura de suas febres, quando não havia mais o quinino, os expedicionários demandavam os “remédios” preparados pelos *ngangas* (curandeiros), mesmo que os considerassem produtos do inferno e do feitiço mau (Ribeiro, 2013).

À semelhança da documentação alemã, o arquivo português também contém discursos intersticiais e que precisamos analisar com acuidade e perícia. Para tanto, é necessário saber reconhecer o que podemos chamar de cosmopercepção das populações lundaizadas. Leda Maria Martins (2021, p. 21-22) nos ensina que cosmopercepção significa “todas as manifestações que exprimem, de algum modo, a visão de mundo que matiza as sociedades e, nestas, os sujeitos que ali se constituem”. A cosmopercepção se faz perceber nos eventos do cotidiano e nos mais excepcionais acontecimentos. É a expressão de tudo “o que somos, o que nos pulsiona, o que nos forma, o que nos torna agregados a um grupo, conjunto, comunidade, cultura e sociedade”. Se faz notar nos “gestos e olhares, no paladar e no olfato, na auscultação e resposta aos sons, na vibração corporal, nos torneios de linguagem, nos silêncios e arrepios”.

Assim, as cosmopercepções são colocadas frente a frente: quando a gente da Lunda caminha pela região, encontra alimento, prepara-o e o compartilha está respondendo a sua visão de mundo que pressupõe uma harmonia pela coletividade. Alguém sofrendo por passar fome pode desequilibrar toda a coletividade. O que é entendido pelo viajante Paul Pogge como um sinal de generosidade, mas também de servilismo. Ou ainda, quando fazem encontros à noite e ao redor da fogueira para realizar rituais de cura também estão respondendo à sua cosmopercepção, que compreende que é necessário para curar o corpo também curar o espírito – o que, mais uma vez na visão do viajante europeu, no caso Max Buchners, pode

² Raiz que pode ser venenosa e que exige preparo devido para ser consumida. O conhecimento oralmente transmitido das populações indígenas do continente americano proporcionou aos portugueses, no seu processo colonizador, se apropriarem da mandioca como um alimento importante. Essa apropriação produziu o processo de circulação da raiz junto ao tráfico atlântico de escravizados e a sua difusão entre as populações da África Centro-Occidental. Esse processo de circulação atlântica da mandioca tem sido estudado pelos historiadores, a exemplo de Jaime Rodrigues (2017).

ser um sinal de inferno e de feitiço. Enfim, no dizer de Leda Martins (2021, p. 22), “em tudo que somos, e nos modos como somos, respondemos a cosmopercepções que nos constituem”.

Outras preocupações importantes quanto aos arquivos coloniais, numa época em que cada vez mais sofrem um processo de digitalização e disponibilização em bancos de dados da *internet*, estão sob os domínios das Humanidades Digitais e da História Digital. Esta menos estabelecida do que aquela como área de conhecimento, pressupõe produção acadêmica comprometida com três frentes: 1. com a “compreensão do lugar do digital na sociedade”; 2. com a “apreensão teórica de como as tecnologias impactam as experiências do tempo e a imaginação histórica – na disciplina e na sociedade como um todo”; 3. “com práticas historiográficas de maior impacto na esfera pública a partir do uso de ferramentas digitais”. Enquanto as Humanidades Digitais compreendem um conhecimento interdisciplinar que inclui tanto “a história da relação entre computadores e estudos humanísticos quanto técnicas de mineração de dados”, que, por sua vez, significam a filtragem de grandes conjuntos de dados para encontrar informações pertinentes às questões específicas de pesquisa (Nicodemo; Rota; Marino, 2022, p. 13).

Desta forma, pesquisas com arquivos coloniais necessitam dialogar com estes campos de conhecimento para fazer frente ao desafio de levantar, catalogar e estudar extensos conjuntos de fontes históricas. Como amostra, podemos tomar o arquivo da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*.

O espólio documental da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua

Realizada entre os anos de 1884 e 1888 e chefiada pelo major português Henrique Augusto Dias de Carvalho, a nominada Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, isto é, às regiões da Lunda, conta com um grande espólio documental, que está sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa. É composto de caixas, pastas e maços. Nosso trabalho de fotografar o espólio somou quase dez mil imagens. O número de imagens não corresponde ao número de documentos porque, por vezes, foi necessário fotografar um mesmo documento por partes devido a sua pouca legibilidade ou por ter anotações em suas margens, como é o caso dos cadernos de estudos do chefe da Expedição Henrique de Carvalho, que tinha o costume de escrever comentários ao lado do texto principal.

Os dois maiores conjuntos documentais estão nas Caixas 1091 e 1092. Elas contêm pastas, livros e cadernos.³ As pastas contêm estudos, relatórios, correspondências, mapas e desenhos das regiões onde a Expedição passou e permaneceu por algum tempo. Destaque vai para os cadernos de estudos de Henrique de Carvalho. Estão desta forma divididos e nomeados pelo próprio major português (e não pelos arquivistas do AHU): Caderno 1 – “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Ideias Geraes. Artigos de vestuário, adereços e adornos. Armas, facas e outros que mais ou menos mau e de que se fazem acompanhar estes povos e também instrumentos”; Caderno 2 – Lista de verbetes - estudos da Lunda. Este pode ser uma sequência do caderno 1 ou um caderno de notas que auxilia os estudos contidos nos outros cadernos; Caderno 3 – “Expedição Portuguesa ao Muatiânvua - Ideias Geraes sobre edificações, mobílias, utensílios e outros

³ As referências das caixas no catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, SEMU DGU, 1L ANG, Cxs. 1091-1092, [S. l.].

artigos indispensáveis á vida d'estes povos e ainda disposição e composição da Mussumba e Txipanga dando conta de todos os ilolos e lugares de seus sitios e também (?) todos os empregados dos (?) ilolos e mestres de officios"; Caderno 4 – "Méthodo practico para falar a lingua Lunda - 2ª parte - Phraseologia e conversação"; Caderno 5 – "Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Apontamentos Históricos ou melhor Colleção d'apontamentos para a História dos A'-ti-ânvua desde 1820 até esta data - 28 de abril de 1887"; Caderno 6 – "Expedição Portuguesa ao Muatiânvua. Apontamentos sobre os usos e costumes dos povos da região central d'Africa e mais particularmente a Lunda". Este caderno contém um encarte com desenhos e descrições de objetos.

O espólio dispõe também das cópias dos diários do expedicionário, algumas centenas de notas de crédito a respeito das despesas produzidas pela expedição, ofícios trocados entre o chefe da expedição e as instâncias da administração portuguesa em Angola e em Lisboa, como a Secretaria do governo-geral de Angola e o Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Outro conjunto de correspondência oficial contido no acervo é o das mucandas (mikanda) das chefias africanas, bem como aquelas dos diferentes grupos de trabalhadores africanos que se relacionaram com a expedição.⁴

Outros documentos ainda que estão em pastas e maços avulsos, sendo que alguns não pertencem ao espólio da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*, mas que são fontes relacionadas com a Lunda e que estão sob a guarda do AHU são: Pasta Companhia da Lunda e Cias Diversas (97 imagens), Pasta 577 - Operações militares no Xinje e Lunda (478 imagens), Pasta 904 - Ocupação da Lunda (375 imagens), Pasta 1732 - Expedição à Lunda (889 imagens) e Pasta 908 - Documentos H. Capello (42 imagens).⁵

Estratégias teórico-metodológicos em tempos de História Digital

Em suma, listar todo o montante documental do espólio da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* na seção anterior é demonstrar que se trata de um número expressivo de informações que pode ser acessado com o auxílio de ferramentas digitais. Para tal, é necessário tomar cuidado com uma "espécie de fetichismo dos recursos computacionais", como alertam os especialistas das Humanidades Digitais, e reconhecer qual o papel dos pesquisadores desde a "elaboração das questões iniciais da pesquisa, passando pela tomada de decisões mais técnicas, até a análise intelectual dos resultados" (Higuchi, 2021).

Este alerta também se relaciona com uma postura voltada para o que é conhecido como "Ciência Aberta" e, nesta, com os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*).

A pesquisadora Luana Sales, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), definiu os princípios FAIR a partir de quatro categorias.

⁴ "Mu-kada, pl. mi-, involucro, carta, papel, livro" (Carvalho, 1890, p. 144).

⁵ As referências deste conjunto documental no catálogo do AHU são: 1 1E SEMU DGU PT 1899-1909 - Cias Diversas. Cia da Lunda; 577 1B SEMU DGU PT 1906-1907 - Relatório das operações militares do Xingue e Lunda. Confidenciais; 904 1H SEMU DGFTO Mç. 1890 - Ocupação da Lunda. Navegação do Congo. Conflito no Loango – Ang; 1732 1C SEMU DGU Mç. 1896-1898 - Expedição à Lunda – Ang; 908 1H SEMU DGFTO Mç. 1880-1896 - Documentos que estavam em poder do Almirante H. Capello - Lunda Portuguesa - Correspondência de Paiva de Andrade - Actas e Fotografias.

Na categoria F de *Findable*, ou achável, em português, os pesquisadores devem procurar desenvolver os metadados a partir de descrições eficientes. Registrá-los ou indexá-los com recursos digitais que ofereçam capacidade de busca, isto é, que os deixem suscetíveis de serem identificados e encontrados de uma forma global (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2022).

Na categoria A de *Accessible*, ou acessível, em português, os dados devem ser recuperáveis a partir de seus metadados, indexados a partir de vocabulários controlados em serviços padronizados, que devem ser abertos, gratuitos e acessíveis de forma ampla. Os metadados devem permanecer acessíveis, mesmo depois que os seus dados deixam de estar disponíveis (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2022).

Na categoria I – *Interoperable*, interoperável, em português, os dados e seus metadados devem fluir entre diferentes sistemas a partir de uma linguagem formal, acessível, compartilhada e amplamente aplicável. “(Meta)dados devem incluir referências qualificadas para outros (Meta)dados” (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2022). O princípio da interoperabilidade, nessa perspectiva, exige que os sistemas e padrões se relacionem entre si com o mínimo de intervenção humana e em tempo real.

Por fim, na categoria R, *Reusable*, ou reutilizável, em português, os metadados devem ter a potencialidade de serem reconhecidos como relevantes e, por isso, liberados com licenças de uso claras e acessíveis. Uma forma de fazer isso é utilizar as licenças públicas chamadas de *Creative Commons* que permitem a concessão de diferentes tipos de uso⁶.

Assim, uma estratégia metodológica para o trabalho com grandes acervos de fontes históricas pode ser o desenvolvimento de bancos de dados. Propomos aqui o banco ou base de dados como uma forma de anotar, descrever e organizar informações provenientes de fontes históricas. Ao registrarmos e catalogarmos as fontes históricas em um banco de dados informatizado também projetamos facilitar a busca de informações, bem como o seu compartilhamento.

Portanto, outra preocupação que surge é quanto ao uso de ferramentas digitais no desenvolvimento de bancos de dados. Em uma pesquisa que está de acordo com a Ciência Aberta, é preferível que os *softwares* sejam livres e de código aberto. Com esse intuito, apresentamos uma discussão sobre duas ferramentas, que podem, se usadas em conjunto, produzir uma coleção organizada de informações sobre fontes históricas. São elas os *softwares Zotero* e *Omeka*, criados pelo *Center for History and New Media* (Centro de História e Novas Mídias) da Universidade George Mason, nos EUA. Ambos garantem aos usuários acessarem, executarem, modificarem e compartilharem informações.

O *Zotero* é um gerenciador de referências que serve para organizar materiais bibliográficos e de pesquisa. Nele podemos buscar, armazenar e organizar bibliografia e fontes de diferentes naturezas,⁷ gerar

⁶ CC0 domínio público, CCBY atribuição; CC BY-SA atribuição – compartilha igual; CC BY-ND atribuição – sem derivações; CC BY-NC atribuição – não comercial; CC BY-NC-SA atribuição não comercial e compartilha igual e CC BY-NC-ND atribuição sem derivações e sem derivados (Dudziak, 2019).

⁷ Atualmente, é possível registrar trinta e sete tipos de itens desta forma nomeados pela comunidade de desenvolvedores do *Zotero*: apresentação, artigo de jornal, artigo de periódico, artigo de revista, audiência, carta, caso, conferência, correio eletrônico, *dataset*, documento, entrevista, envio de *blog*, envio de fórum, estatuto, filme, gravação de áudio, gravação de vídeo, legislação, livro, manuscrito, mapa, mensagem instantânea, obra de arte, padrão, página web, patente, *podcast*, pré-impressão, programa, relatório, seção de livro, tese, transmissão de rádio, transmissão de TV, verbete de dicionário e verbete de enciclopédia.

citações e referências de forma automatizada e diretamente nos editores de texto. Também é possível integrar o *Zotero* ao navegador da *web* para a busca e registro diretos de informações de pesquisa (teses e artigos acadêmicos, *snapshot* ou cópias instantâneas de uma página da *web*, entre outras). As referências geradas podem ser em diferentes estilos de normas, tais como: ABNT, APA e Chicago. Além dos registros, no *Zotero* é possível visualizar diretamente em sua interface os materiais catalogados e criar notas a seu respeito. Tudo isso pode ser realizado de forma colaborativa por meio do serviço de *Groups* ou Grupos constituídos por pesquisadores com acesso à biblioteca da pesquisa disponível por meio do aplicativo do *Zotero* instalado no computador ou pela página do *software* na *web* <https://www.zotero.org/> (Acesso em: 30 abr. 2025).

O *Omeka* é apresentado por seus desenvolvedores como um gerenciador de conteúdo digital ou de conteúdo da *web*, que permite a criação de sites para divulgação de *Itens*, *Coleções* e *Exposições*. Assim, a partir dessa ferramenta digital é possível divulgar informações sobre as fontes no formato de fichas apresentadas como *Itens* e *Coleções* e também estudos sobre elas a partir do elemento *Exposições*. Num trabalho de interoperabilidade com o *Zotero* é possível expandir no *Omeka* as descrições registradas e publicar estudos correlatos, ampliando assim o conhecimento a respeito das fontes históricas.

Para realizar essas tarefas, o *Omeka* conta com o sistema *Dublin Core* que visa descrever objetos digitais (vídeo, som, imagem, texto etc.). Como um conjunto semântico, *Dublin Core* é composto de quinze elementos simples (título, autor, assunto/palavras-chave, descrição, editor, colaborador, data, tipo de recurso, formato, identificador do recurso, fonte, idioma, relação, abrangência/cobertura e gerenciamento de direitos autorais) e mais três elementos chamados de qualificados (audiência, proveniência e detentor de Direitos). Não é o único padrão existente, mas é o mais amplamente adotado, afirmam os desenvolvedores do *Omeka*, que “decidiram por este sistema para contribuir com o movimento de padronização de dados sobre objetos digitais” (Working with DublinCore – *Omeka Classic User Manual*, [s. d.]).

Em síntese, um banco de dados produzido a partir do *Zotero* e do *Omeka* está de acordo com o que entendemos ser uma prática de ciência aberta e de acordo com os princípios FAIR, pois a interoperabilidade entre os dois *softwares* permite a criação de vocabulários controlados e contribui para que as informações se tornem encontráveis, acessíveis e reutilizáveis por uma comunidade de pesquisadores.

Dataficação e mineração de fontes históricas

Outro conjunto de questões teórico-metodológicas está relacionado com o fato de trabalharmos com fontes manuscritas e impressas digitalizadas. Não são fontes nato-digitais, isto é, são fontes que já existiam fisicamente antes de se tornarem informações disponíveis digitalmente. Mesmos arquivos que não sofreram o processo profissional de digitalização como é o caso do espólio da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*, que foi digitalizado por nós a partir de máquina fotográfica de uso pessoal. Sua organização segue a ordem de código *Digital Still Capture Nikon* (DSCN) do próprio equipamento utilizado na captura

das imagens. As imagens, por seu turno, estão em formato *Joint Photographic Experts Group* (JPEG) e sem reconhecimento de caracteres, o que dificulta a busca de informações.

Pesquisadores das Humanidades Digitais advertem para o processo de *dataficação* das fontes históricas ao serem digitalizadas (Brasil; Nascimento, 2022, p. 198-199). Mesmo que o conteúdo não seja alterado com o processo de digitalização, há uma transformação na “materialidade” das fontes que impõe novas condições ao lidarmos com elas. Afora ocuparem espaço em servidores e *hard disk drives*, fontes digitalizadas são cópias de objetos físicos. Sendo cópias, precisam ser consideradas verossímeis e demonstrarem que foram cuidadosamente digitalizadas, pois qualquer “erro, negligência ou má-fé” será decisivo na pesquisa histórica⁸. Ademais, a fonte digitalizada perde suas características originais – de forma parcial ou total – percebidas pelos sentidos humanos (propriedades organolépticas): cor, brilho, luz, odor, textura, som, sabor etc.⁹.

Outra característica da dataficação de fontes é o seu potencial de reprodutibilidade. A fonte digitalizada tornada “nova materialidade digital dos bits” ou em código binário (0 e 1)¹⁰ pode se reproduzir por meio de cópias, mas também por se tornar uma “base de dados de *strings* (termo que representa uma cadeia ou sequência de caracteres)” (Brasil; Nascimento, 2022, p. 198).

Para controlar todo o processo de dataficação das fontes e assegurar a sua capacidade como materiais para a pesquisa histórica, considera-se os metadados como recursos imprescindíveis,¹¹ uma vez

⁸ “A inteireza do conteúdo necessita de fato estar presente na cópia digitalizada, aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia” (Brasil; Nascimento, 2022, p. 198).

⁹ Completaria também com o sentimento de emoção. A reação que tive quando no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, me deparei com mukandas (cartas) dos trabalhadores africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda: “aquelas fontes escritas que não deveriam existir, por se tratarem originárias de sociedades orais, ‘que se acreditavam poderem ser somente conhecidas por meio de testemunhos escritos de segunda ou terceira mão’ (em um senso não só comum, mas também acadêmico), materializaram-se: a escrita em língua portuguesa africanizada e registrada em papéis amarelados com o tempo e que mantinham sinais de dobras intencionalmente cuidadosas” (Santos, 2016).

¹⁰ A título de exemplo apresento o famoso trecho de Machado de Assis transformado em código binário com o processo de sua digitalização: 01000001 01101111 00100000 01110110 01100101 01110010 01101101 01100101 00100000 01110001 01110101 01100101 00100000 01110000 01110010 01101001 01101101 01100101 01101001 01110010 01101111 00100000 01110010 01101111 01100101 01110101 00100000 01100001 01110011 00100000 01100110 01110010 01101001 01100001 01110011 00100000 01100011 01100001 01110010 01101110 01100101 01110011 00100000 01100100 01101111 00100000 01101101 01100101 00100000 01100011 01100001 01100100 11100001 01110110 01100101 01110010 00100000 01100100 01100101 01100100 01101001 01100011 01101111 00100000 01100011 01101111 01101101 01101111 00100000 01110011 01100001 01110101 01100100 01101111 01110011 01100001 00100000 01101100 01100101 01101101 01100010 01110010 01100001 01101110 11100111 01100001 00100000 01100101 01110011 01110100 01100001 01110011 00100000 01101101 01100101 01101101 11110011 01110010 01101001 01100001 01110011 00100000 01110000 11110011 01110011 01110100 011010101 01100001 01110011 00101110. Tradução: ‘Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas.’ Disponível em: https://ericbrasil.com.br/ferramentas_digitais_UNILAB/aula5-HDB.html Acesso em: 30 abr. 2025. Há na web inúmeros conversores de códigos binários, pelos quais se pode conferir a tradução do famoso trecho do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

¹¹ “Metadados podem ser definidos como um conjunto de elementos que descrevem as informações contidas em um recurso, permitindo, assim, sua busca e recuperação” (Grácio, 2002, p. 23). “São constituídos por aquelas informações complementares sobre o conteúdo da informação (qual tipo de informação os objetos contêm), o contexto da informação (indica quem, o quê, o porquê, onde e como associados à informação) e a estrutura da informação (a relação entre os diferentes tipos de informações. São os metadados que explicam, contextualizam, conferem veracidade ao documento. No caso específico de documentos de textos, ocorre algo ainda mais peculiar e que constitui o cerne do processo de dataficação: os dados e metadados podem vir a se tornar pesquisáveis” (Brasil; Nascimento, 2022).

que são encarados como capazes de explicar, contextualizar e conferir veracidade aos dados ou as fontes digitalizadas (Brasil; Nascimento, 2022, p. 199).

Nas pesquisas em acervos digitais é comum desafios quanto ao acesso às fontes digitalizadas: marca d'água, formato HTML e documentos manuscritos com diferentes grafias. Tudo isso dificulta o reconhecimento ótico de caracteres e o desenvolvimento de um sistema de busca.¹²

Pesquisas prévias nos demonstraram a potencialidade de algumas ferramentas digitais para enfrentar esses desafios. Todas elas livres e de código aberto. Assim, para a captura dos dados, é possível trabalhar com o sistema de referência do *Zotero* e diretamente a partir de *plugin* instalado no navegador da *web*. Para o reconhecimento de caracteres, a ferramenta *GlimageReader*, que utiliza a tecnologia *Tesseract* de Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR). Para as fontes manuscritas, o *software Transkribus* (Disponível em: <https://www.transkribus.org/>. Acesso: 30 abr. 2025). Outra ferramenta possível é a *Tropy* (Disponível em: <https://docs.tropy.org/>. Acesso: 30 abr. 2025), que permite organizar e descrever imagens. Pode ser vantajosa por sua função de exportar informações, no formato JSON-LD, por meio de *plugins* diretamente para o *Omeka*.¹³

Ainda sobre a intermediação computacional no processamento de dados e informações é preciso notar que não se trata apenas de encontrar palavras-chave nas fontes sem fazer uma leitura profunda delas (Rota, 2022, p. 80). A filtragem de informações deve ser realizada a partir da elaboração inicial de questões de pesquisa, da análise intelectual dos resultados e do seu processo de divulgação e debate acadêmico (Higuchi, 2021). Trata-se, conforme propõe Alesson Rota (2022, p. 83), de construir “índices a partir de dados estratosféricos”, que funcionarão como ponto de partida para localizar e filtrar informações em extensas coleções documentais, como no nosso caso, em arquivos coloniais portugueses que disponibilizam fontes relacionadas com as histórias africanas.

Para evitar leituras fragmentadas e parciais das fontes (o “ler somente o que interessa”)¹⁴ é preciso entender que uma base de dados deve ser definida por sua capacidade de registro e consulta às fontes, mas também por gerar atualização sobre as mesmas a partir de informações construídas das pesquisas realizadas.

¹² O que é comum nos arquivos coloniais, conforme apresentado anteriormente, a presença de nomenclaturas que nomeiam as populações colonizadas e que costumam aparecer nas fontes com diferentes grafias.

¹³ É possível que no futuro próximo os *softwares* citados em todo o artigo se encontrem “descontinuados” ou “fora de uso”, isto é, não estejam mais disponíveis por não atenderem mais aos padrões tecnológicos vigentes. Porém, o que se quer enfatizar nesse momento são as funções exercidas por essas ferramentas digitais. No futuro, outros softwares, aprimorados, poderão ter mais funções e facilitar a pesquisa histórica com o uso de ferramentas digitais.

¹⁴ De acordo com Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2022, p. 201), o problema de tratarmos o “documento como *string*” é a chance de perda da noção do todo. “A possibilidade de buscas, intra-documento e inter-documentos, através de massivos acervos de dados e metadados digitais, apresenta diferenças na maneira de condução da pesquisa. A possibilidade de localizarmos – e, de certo modo, quantificarmos – a ocorrência de determinados termos em um vasto material textual permite acelerar o foco da atenção do historiador em relação a temas e assuntos do seu interesse de pesquisa [...] O encontro de um termo de interesse pode vir a fragmentar a relação com o documento histórico, pois a busca automática subtrai a compreensão acerca do contexto de aparição da própria palavra. [...] Além disso, a lógica da pesquisa parece se inverter, pois, já deveríamos saber, em certo sentido, aquilo que desejaríamos encontrar”.

A escolha das ferramentas digitais para a construção de uma base de dados passa pelo estudo de dois conceitos fundamentais, que são: entidades e relacionamentos (Rota, 2022, p. 92). Entidade é a forma de nomear as informações e é a partir dela que podemos construir relacionamentos entre dados ou, no nosso caso, entre fontes históricas¹⁵. Com essa reflexão em mente, é possível utilizar ferramentas que auxiliam na análise automatizada de texto sem a necessidade de uso de uma linguagem de programação, como é o caso da *Voyant Tools*. Fruto de um projeto acadêmico de código aberto e liderado pelos historiadores *Stéfan Sinclair e Geoffrey Rockwell da Universidade de Alberta, no Canadá*, *Voyant Tools* “é um ambiente web de leitura e análise de textos digitais”, de acordo com a apresentação na página que o hospeda <https://voyant-tools.org/>.

A maior vantagem do *Voyant Tools* em pesquisa com grandes acervos digitalizados é tornar possível analisar qualitativamente informações quantitativas recuperadas de um corpus ou uma coleção de textos. A inserção do corpus pode ser feita a partir de URL, *Upload* (.Doc ou .PDF), ou pelo sistema copia e cola (Ctrl + C e Ctrl + V) o texto na própria página do *Voyant Tools*. É possível fazer a inserção de diversos arquivos de uma única vez.¹⁶

A mineração de dados nos arquivos coloniais portugueses pode nos revelar importantes conhecimentos. A título de exemplo: em pesquisa prévia com o arquivo da *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* foi possível verificar situações que evidenciam a autonomia de alguns grupos lundaizados em relação a produção e circulação de produtos do comércio regional da África Central. Autonomia que foi sendo solapada com o avanço colonial europeu nas últimas décadas do século XIX. Ao eleger, como entidade, palavras relacionadas aos produtos do comércio, como tecidos, miçangas, sal, entre outros, foi possível visualizar melhor esse processo por meio de relacionamento entre fontes, a partir da leitura de diferentes fontes, dos cruzamentos e do registro de informações em recursos visuais como tabelas e quadros. O confronto entre fontes possibilitou considerar que o transporte de mercadoria por caravanas africanas era um serviço especializado, ou seja, determinados grupos caravaneiros só podiam carregar mercadorias específicas. Também foi possível descobrir a existência de artesãos especializados na produção de determinados itens e algumas rotas do comércio de longa distância.

Assim, um processo automatizado, com o auxílio das ferramentas digitais, é capaz de revelar mais informações por conseguir cobrir um número superior de fontes, de maneira organizada, visualmente atrativa e numa velocidade maior. “As ferramentas [digitais] potencializam nossas habilidades analíticas, possibilitam que novas perguntas sejam formuladas, e novas respostas, atingidas. Mas com muito trabalho e rigor [metodológico do pesquisador] diante do computador (Brasil; Nascimento, 2020).¹⁷

¹⁵ Aqui, em particular, é preciso zelar pelo processo de definição de entidades, conforme alertado anteriormente. O prejuízo, nesse sentido, poderá ser a incidência de uma produção de conhecimento colonizada.

¹⁶ As ferramentas disponíveis são: Nuvem de palavras, Termos, Gráfico de bolhas, Bolhas, Correlações, Co-ocorrências, Mandala, Micro busca, Diagrama de fluxo, Tendências, Frases, Documentos, Leitor, Sumário, Contextos, Gráficos de dispersão, Termos-rádio, Temas, Árvore de palavras, Nós e Veliza. Informações sobre as ferramentas do *Voyant Tools* podem ser consultadas em: <https://voyant-tools.org/docs/#!/guide/tools>. Acesso em: 30 abr. 2025.

¹⁷ Considerando todas as problemáticas expostas a respeito do uso crítico de fontes históricas que estão sob a guarda de arquivos coloniais e do uso de ferramentas digitais, a parte empírica da pesquisa, que resulta no contínuo desenvolvimento de uma base de fontes históricas sobre a Lunda, por meio do gerenciador de conteúdo digital Omeka, pode ser acompanhada a partir do seguinte endereço: <https://www.unifal-mg.edu.br/historiadigital/>.

Considerações finais

Ao pretendermos pesquisar histórias africanas a partir de fontes históricas pertencentes a arquivos coloniais portugueses um conjunto de preocupações teórico-metodológicas surgiu: como utilizar fontes produzidas pelo arquivo colonial para estudar histórias africanas? Como encontrar histórias africanas em grande quantidade de fontes? Em uma era digital, é possível realizar o estudo almejado com o auxílio de recursos computacionais? A utilização dos recursos computacionais é uma questão de buscar os melhores programas de computador ou há implicações teóricas e sociais nesse processo de pesquisa histórica automatizada? Quais cuidados metodológicos que devemos adotar?

Enfim, o objetivo desse artigo foi procurar respostas para as questões acima. Ao conjunto de preocupações apresentado, soma-se uma última consideração: que todo esse processo não pode sofrer daquilo que Laura Putnam chamou de método invisível,¹⁸ ou a necessidade de produzirmos e divulgarmos, por meios de textos de reflexão e de guias explicativos, quais foram os caminhos metodológicos que percorremos ao longo da pesquisa: “buscas no Google, utilização de repositórios de fontes digitalizadas, e-mails, aplicativos de edição de textos, planilhas etc.”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *No centro da etnia: tribalismo e Estado na África*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 29-72.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU, Minas Gerais, SEMU DGU, 1L ANG, Caixas 1091-1092, [S. l.].
- BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-234.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira e o ofício do historiador: reflexões para a história digital. In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil (org.). *Caminhos da História Digital no Brasil*. 1. ed. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022. p. 209-228.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 196-219, 2020.

¹⁸ “Em artigo mais recente e bastante crítico sobre como historiadores vêm encarando a “virada digital”, Laura Putnam (2016, p. 388) afirma que as práticas digitais de pesquisa comumente utilizadas (buscas no Google, utilização de repositórios de fontes digitalizadas, e-mails, aplicativos de edição de textos, planilhas etc.) [...] caem no reino do método invisível, a caixa-preta onde, por consenso, deixamos muito do trabalho pesado de nossa disciplina. A extensa discussão da digitalização em andamento nos periódicos de ciência da informação está em nítido contraste com o silêncio sobre esse tema nas principais publicações de historiadores” (apud Brasil; Nascimento, 2020, p. 200).

- CARVALHO, Henrique Augusto Dias. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua. Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal As Colônias Portuguesas, 1894. v. I: de Loanda ao Cuango, 1890; v. II: do Cuango ao Chicapa, 1892; v. III: do Chicapa ao Luembe, 1893; v. IV: do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa.
- CARVALHO, Henrique Augusto Dias. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884-1888*: Método prático para fallar a língua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *Licenças Creative Commons*: saiba mais sobre isso. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/wp/noticias/licencas-creative-commons-saiba-mais-sobre-isso/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, Robert H.; MUDIMBE, Valentin Y.; O'BARR, Jean (ed.). *Africa and the disciplines*: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 167-212.
- HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954)*: Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência. 2010. E-book. Disponível em: <https://publikationen.ub.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/11031>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros Africanos*: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Caminho, 2004.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos de modernidade em Angola*: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1997.
- HIGUCHI, Suemi. Do texto ao dado: debates sobre leitura distante nas humanidades. *H2D: Revista de Humanidades Digitais*, v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/h2d/article/view/3569>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Núcleo de Comunicação Social do. *Princípios FAIR*, Rio de Janeiro. 2022. Notícia. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2022/marco-2022/principios-go-fair>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- GRÁCIO, José Carlos Abbud. *Metadados para a descrição de recursos da Internet*: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2002.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar*: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra*: história e civilizações. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. 1 t.

- NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil. Introdução: das Humanidades Digitais à História Digital. In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil (org.). *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória, ES: Milfontes, 2022, p. 7-40.
- OMEKA. Software na web. [S.l.]: Omeka, [s.d.]. Disponível em: <https://omeka.org/>. Acesso em: 30 abr. 2025
- PUTNAM, L. The transnational and the text-searchable: digitized sources and the shadows they cast. *The American Historical Review*, v. 121, n. 2, p. 377-402, 2016.
- RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda 1884-1888*. São Paulo: Alameda, 2013.
- RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, p. 69-95, 2017.
- ROTA, Alesson Ramon. Mineração de história em acervos históricos digitalizados. In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil (org.). *Caminhos da História Digital no Brasil*. Vitória, ES: Milfontes, 2022. p. 89-108.
- SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SHINTAKU, Milton et al. *Guia do usuário do Omeka*. 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3162>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 207 -236.
- TAVARES, Ana Paula. *História e Memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Lisboa. 2009. 300f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.
- TRANSKRIBUS. Software na web. [S. l.]: Transkribus, [s. d.]. Disponível em: <https://www.transkribus.org/>. Acesso: 30 abr. 2025.
- TROPY. Software na web. [S. l.]: Tropy, [s. d.]. Disponível em: <https://docs.tropy.org/>. Acesso: 30 abr. 2025.
- VOYANT TOOLS. Software na web. [S. l.]: Voyant Tools, [s. d.]. Disponível em: <https://voyant-tools.org/docs/#!/guide/tools>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- ZOTERO. Software na web. [S. l.]: Zotero, [s. d.]. Disponível em: <https://www.zotero.org/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- WORKING WITH DUBLIN CORE – *Omeka Classic User Manual*. [S. l.]: Omeka, [s. d.]. Disponível em: https://omeka.org/classic/docs/Content/Working_with_Dublin_Core/. Acesso em: 30 abr. 2025.